Hospital Santa Paula

CNPJ nº 60.777.901/0001-16

HOSPITAL SANTA PAULA

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o balanço encerrado em 31.12.2016 e demais demonstrações legais. Colocamo-nos à inteira disposição para os esclarecimentos julgados necessários.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2016	2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	12.040	5.283
Contas a receber, líquido	4	48.958	31.856
Estoques	5	3.772	3.090
Créditos tributários	6	1.853	1.143
Adiantamentos	7	1.553	1.272
Outros créditos	9	588	595
		68.764	**43.239**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos diferidos	20	4.432	3.078
Depósitos judiciais	18	977	958
		5.409	**4.036**
Investimentos	11	1.074	1.074
Imobilizado, líquido	10	18.613	20.333
Intangível	11	1.396	1.848
		21.083	**27.291**
Total do ativo		**95.256**	**70.530**

Passivo	Nota	2016	2015
Circulante			
Fornecedores	12	21.176	15.931
Obrigações com pessoal	13	10.877	8.727
Tributos a recolher	14	2.172	1.786
Empréstimos e financiamentos	16	5.812	7.543
Parcelamento de tributos	17	6.675	6.215
Adiantamentos de clientes		849	226
Outros débitos	15	2.031	2.166
		49.592	**42.594**
Não circulante			
Parcelamento de tributos	17	25.923	26.903
Empréstimos e financiamentos	16	3.214	9.457
Adiantamentos de clientes		2.408	2.227
Provisão para contingências	18	1.692	3.063
Outros débitos	15	518	518
		33.755	**42.168**
Patrimônio líquido	19		
Capital social		19.394	19.394
Reservas de capital		-	1.194
Prejuízos acumulados		(8.807)	(36.140)
Ajuste de avaliação patrimonial		1.322	1.322
		11.909	**(14.230)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**95.256**	**70.530**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2014	**14.375**	**36.698**	**(37.086)**	**1.322**	**15.309**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	2.009	-	-	**2.009**
Aumento de capital, conforme AGE de 30/06/2015 e 20/10/2015	10.357	(10.357)	-	-	-
Aumento de capital por realização de reserva de ágio	27.156	(27.156)	-	-	-
Redução de capital, por cisão, conforme AGE de 30/10/2015	(32.494)	-	-	-	**(32.494)**
Resultado do exercício	-	-	946	-	946
Em 31 de dezembro de 2015	**19.394**	**1.194**	**(36.140)**	**1.322**	**(14.230)**
Absorção da reserva de capital	-	(1.194)	1.194	-	-
Resultado do exercício	-	-	26.139	-	**26.139**
Em 31 de dezembro de 2016	**19.394**	**-**	**(8.807)**	**1.322**	**11.909**

Demonstração do Resultado

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2016	2015
Receita líquida	21	307.388	249.267
Custo dos serviços prestados	22	(209.011)	(183.470)
Lucro bruto		**98.377**	**65.797**
Comerciais	23	(1.340)	(2.052)
Administrativas	24	(57.251)	(53.280)
Outras receitas/(despesas) operacionais	25	1.699	(605)
Lucro operacional		**41.485**	**9.860**
Resultado financeiro, líquido	26	(2.935)	(5.813)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**38.550**	**4.047**
Imposto de renda e contribuição social	20	(12.411)	(3.102)
Lucro líquido do exercício		**26.139**	**945**
Lucro por ação básico (em R$)	27	1,35	0,06

Não houve outros resultados abrangentes no exercício divulgado que requeira a apresentação de uma demonstração do resultado abrangente.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	38.550	4.048
Ajustes por:	-	-
Depreciação e amortização	3.951	4.198
Provisão para contingências	(1.371)	(3.760)
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	1.805	7.377
Glosas e perdas com contas a receber	10.034	6.188
	52.969	**18.051**
Variação no capital circulante líquido		
Aumento nas contas a receber	(28.941)	(10.668)
Aumento nos estoques	(682)	(379)
Aumento/(diminuição) nos fornecedores	5.245	(532)
Aumento/(diminuição) nos tributos a recolher e parcelamentos	(845)	7.105
Aumento/(diminuição) de adiantamentos de clientes	623	(140)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(13.765)	(3.102)
Aumento/(diminuição) de outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	719	(10.708)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**15.323**	**(373)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(10)	(1.857)
Aquisição de imobilizado	(1.769)	(4.886)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(1.779)**	**(6.743)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	2.009
Recebimento por empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil	981	10.966
Pagamento de empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	(7.768)	(7.229)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(6.787)**	**5.746**
Aumento/(Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**6.757**	**(1.370)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.283	6.653
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.040	5.283

Notas da Administração às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: Ao **Hospital Santa Paula S.A.,** doravante denominada como "Companhia ou Sociedade" é uma sociedade anônima de capital nacional fechado com sede social localizada na Avenida Santo Amaro, 2468, Vila Olímpia, São Paulo - SP, CEP 04556-100. A Companhia tem como atividades preponderantes: prestar assistência hospitalar, servir de campo de aperfeiçoamento de médicos, enfermeiros e outros profissionais relacionados a essas atividades, proporcionar meios para a pesquisa e investigação científica. Fundado em 1958, na cidade de São Paulo, o Hospital Santa Paula é uma das mais importantes instituições de saúde da região. O hospital possui aproximadamente 187 leitos, sendo 50 leitos de UTI, 46 de enfermaria e 91 de apartamentos. Em 31 de dezembro de 2015 a Sociedade passou a ser controlada pelo Fundo de Investimento em Participações Genoma III e SOLIT Fundo de Investimento em Participações, nas proporções de 80% e 19%, respectivamente e o 1% remanescente permanece em poder de acionistas pessoa física. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 28 de fevereiro de 2017. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis: 2.1. Base de apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras: 2.2.1. Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, observando o seguinte: • **Receita:** reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre as receitas. • **Glosa:** é a recusa parcial ou total de uma fatura, pela operadora de plano de saúde, por considerar sua cobrança indevida, por erro ou omissão de alguma informação nas fichas de atendimento ou pedido de pagamento. Seu registro é realizado no momento que a Companhia recebe a notificação da operadora do plano de saúde. • **Custo:** é o gasto diretamente associado a prestação do serviço médico-hospitalar. Seu registro é com base em informações mensuráveis e associado à geração de receita. **2.2.2. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico na qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** São classificados em equivalentes de caixa e títulos que tem liquidez imediata e, conforme análise, podem ser convertidos para um valor conhecido de caixa com risco insignificante de mudança de valor. O caixa restrito é composto principalmente por aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado, utilizadas como garantias vinculadas a instrumentos financeiros e financiamentos de curto e longo prazo. **2.2.4. Contas a receber:** As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização conforme os valores demonstrados na nota explicativa nº 4. Tendo em vista o giro da carteira de recebíveis, e o perfil de pagamento de seus clientes, a Companhia provisionou, no exercício de 2016 R$ 1.805 mil a título de créditos para liquidação duvidosa (2015 - R$ 7.377). Não foi necessária a realização de ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2016. **2.2.5. Estoques:** Registrados ao resultado pelo método do custo médio de aquisição e demonstrados no balanço pelo menor valor entre custo e realização, os estoques representam materiais médico-hospitalares, de nutrição e medicamentos utilizados pelas unidades hospitalares. **2.2.6. Imobilizado:** Os bens integrantes do ativo imobilizado, são registrados pelo custo de aquisição ou construção e incluem juros e demais encargos financeiros. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear conforme taxas mencionadas na nota explicativa nº 10, que se aproximam da vida útil-econômica dos ativos. A Companhia vem efetuando estudos de vida útil econômica estimada dos itens do imobilizado, para fins de depreciação, e os trabalhos devem ser concluídos no primeiro semestre do exercício de 2017. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.2.7. Intangível:** São ativos não monetários sem propriedade física, cujo valor contábil é revisado anualmente quanto a seu valor recuperável ou, ainda, quando fortes evidências de alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperado. **Softwares:** os custos de aquisição ou desenvolvimento de software de computadores que possam ser separados de um item de hardware são capitalizados separadamente, e amortizados em base linear pelo período do contrato. **Ágio:** É determinado na aquisição de um investimento é calculado como a diferença entre o valor de compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. O ágio está fundamentado em: (i) Mais-valia de ativos, representada pela diferença entre o valor contábil da empresa adquirida e o valor justo dos ativos e passivos e (ii) Rentabilidade futura, representada pela diferença entre o valor justo dos ativos e passivos e o valor de compra. A parcela fundamentada na mais-valia de ativos e passivos é amortizada na proporção em que esses ativos e passivos na empresa adquirida são realizados. A Administração realiza julgamentos e premissas para avaliar o impacto das mudanças macroeconômicas e operacionais, a fim de estimar os fluxos de caixa futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos. **2.2.8 Arrendamento mercantil:** Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. A depreciação dos bens é calculada às taxas mencionadas na nota explicativa nº 10. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base. **2.2.9. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A Companhia, com base nos estudos, cálculos e indicativos, realizou os títulos de realização de recuperação de ativos que atestaram a não necessidade de constituição de provisão. **2.2.10. Dividendos e juros sobre capital próprio:** Quando aplicável, a proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, efetuada pela administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, nos casos aplicáveis, a parcela dos dividendos e juros sobre capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio", no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados em nota explicativa. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido. Para fins tributários, são tratados como despesas financeiras reduzindo a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. **2.2.11. Lucro por ação:** O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. **2.2.12. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes, quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, estes juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 2016 e de 2015, não foram transacionadas operações que se qualificassem a serem ajustadas. **2.2.14. Empréstimos e financiamentos:** São atualizados até a data do balanço pelo indexador determinado em cada contrato. A variação monetária, os juros e os demais encargos são apropriados em despesas financeiras dentro do período de competência. **2.1.15. Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Impostos correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O cálculo obedece às premissas estabelecidas pela legislação fiscal vigente. Impostos diferidos: são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser realizado. Imposto diferido relacionado a itens registrados diretamente no Patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido e avaliados em conjunto com as demais diferenças temporárias ativas quanto a sua expectativa de realização. **2.2.16. Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. **(i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. **(ii) Empréstimos e recebíveis:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e recebíveis sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos e ativos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. A apresentação dos ativos e passivos financeiros por categoria encontra-se na nota explicativa nº 27. **(iii) Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. **(iv) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda e de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são reconhecidos ao seu valor justo na data em que são contratados e são posteriormente mensurados a valor justo no encerramento do exercício. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. A Companhia não adota a política de contabilização do hedge (hedge accounting) e por isso todos os resultados derivados da marcação a mercado do instrumento financeiro derivativo foram lançados como receita ou despesa do exercício na demonstração do resultado. **(v) Passivos financeiros:** Representados por empréstimos e financiamentos bancários e saldos a pagar, exceto pela conta corrente, os demais são apresentados pelo valor original, acrescido de juros, variações monetárias e cambiais incorridos até as datas das demonstrações financeiras. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não apresenta operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis:** Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2.1, a administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou, também, em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: **2.3.1. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 18. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com um certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. **2.3.2. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para perdas na realização de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no critério descrito na nota explicativa nº 2.2.4 e 4. **2.3.3. Vida útil dos bens do imobilizado e intangível:** Conforme descrito na notas explicativas nº 2.2.5, 2.2.8, 10 e 11, a Companhia revisa anualmente a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório. **2.3.4. Recuperabilidade de ativos financeiros:** A Companhia avalia se existe algum indicador para perda do valor recuperável de todos seus ativos financeiros a cada data de balanço, ou quando existirem indícios de que os valores contábeis possam não ser recuperados. Quaisquer dificuldades e/ou restrições para a utilização de ativos financeiros pertencentes à Companhia são indicativos para o teste de recuperabilidade. **2.3.5. Recuperabilidade de ativos não financeiros:** Ao fim de cada exercício, a Companhia analisa se há indicativos de não recuperabilidade para os ativos não financeiros, principalmente imobilizados e intangíveis. Os valores recuperáveis são determinados pelo cálculo de seu valor em uso com base em um período de dez anos, utilizando premissas de fluxo de caixa descontado. Quaisquer reconsiderações abaixo no valor contábil do ativo devem ser reconhecidas como perda por não recuperabilidade e reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrerem. **2.3.6. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.5. Novas normas, alterações e interpretações de normas: • IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos financeiros:** Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da "IFRS 9 - Instrumentos Financeiros", que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a "IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. A Companhia pretende adotar a norma na data de sua vigência. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia e, com base nos instrumentos vigentes até o momento, a Companhia não espera impactos relevantes sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia. • **IFRS 15 (CPC 47) - Receita com contrato de clientes:** Estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam à receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação de receita ou da indústria. Aplica-se a todos os contratos de receita e fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de ganhos ou perdas com a venda de alguns ativos não financeiros que não estão ligados as atividades ordinárias da entidade (por exemplo, as vendas de imóveis, instalações e equipamentos ou intangíveis). Extensas divulgações são também requeridas por esta norma. Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com aplicação antecipada permitida apenas para as entidades que reportam em IFRS. A Companhia está avaliando a adoção desta norma. • **IFRS 16 Arrendamentos:** Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a versão final do "IFRS 16 - Leases", que determina os princípios para reconhecimento, mensuração e divulgação de operações de arrendamento. A IFRS 16 estará em vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. Internacionalmente, a adoção inicial é permitida a partir de 01 de janeiro de 2018, mas no Brasil, a adoção antecipada desta norma é vedada. O IFRS 16 determina que, para grande parte dos arrendamentos, o arrendador passe a registrar um ativo referente ao direito de uso do ativo identificado, bem como o passivo relacionado ao arrendamento. A Companhia deverá sofrer alguns impactos quando pois ainda existem bens classificados como Leasings operacionais. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa:

	2016	2015
Caixa	9	11
Banco conta movimento	11.994	5.040
Aplicações financeiras (em moeda nacional)		
Fundo de investimento	37	232
	12.040	**5.283**

As aplicações financeiras são representadas em sua integralidade por investimentos em fundos de renda fixa de liquidez imediata, e remuneradas pela taxa média de 90% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (2015 - 102%). **4. Contas a receber, líquido:** O saldo das contas a receber de clientes tem a seguinte composição:

	2016	2015
Contas a receber, terceiros	59.377	40.470
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (i)	(10.419)	(8.614)
Total de contas a receber, líquido	**48.958**	**31.856**

Em 31 de dezembro de 2016, os vencimentos dos valores a receber estão demonstrados a seguir:

	2016	2015
A vencer	46.231	29.460
Vencidos:		
Vencidos até 30 dias	1.603	1.294
Vencidos de 31 até 60 dias	417	577
Vencidos de 61 até 90 dias	215	882
Vencidos de 91 até 120 dias	186	1.541
Vencidos de 121 até 150 dias	140	2.073
Vencidos de acima de 151 dias	10.585	4.643
Total vencidos	**13.146**	**11.010**
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(10.419)	(8.614)
Total contas a receber	**48.958**	**31.856**

A Companhia, através de seus executivos comerciais e departamento jurídico, realizam negociações e cobranças junto aos usuários e operadoras que se encontram inadimplentes. Por este motivo, em 2016, a administração reconheceu a provisão para crédito de liquidação duvidosa no valor de R$ 1.805 (2015 - R$ 7.377). Este valor foi apropriado ao resultado do exercício em outras despesas operacionais.

5. Estoques:

	2016	2015
Material médico-hospitalar	1.550	892
Medicamentos	1.762	1.884
Outros estoques	460	314
	3.772	**3.090**

6. Créditos tributários:

	2016	2015
IRPJ a compensar (i)	859	487
CSLL a compensar (i)	260	137
Outros créditos tributários	734	519
	1.853	**1.143**

Trata-se de antecipações de IRPJ e CSLL e saldos credores de períodos anteriores. A Companhia utiliza os créditos mediante a formalização de declarações de compensações.

7. Adiantamentos:

	2016	2015
Adiantamentos a fornecedores	1.162	933
Adiantamentos a funcionários	390	339
	1.552	**1.272**

8. Transações com partes relacionadas: 8.1 Saldos e transações:

Em 31 de dezembro de 2016

Transações	Natureza da principal operação	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Receita	Passivo Despesa
Com partes relacionadas:					
Pessoa Jurídica:					
Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Serviços hospitalar prestados e serviços tomados de plano de saúde	14.366	49	8.971	1.634
Diagnósticos da América S/A	Serviços tomados de medicina diagnóstica	-	4.209	-	15.801
Patrys Invest. Imobiliários Ltda.	Aluguéis de prédios hospitalar	-	672	-	7.476
Socec Serviços Médicos SS Ltda	Aluguéis de prédios hospitalar		168	-	1.869
Signo Properties Invest. Imobiliários Ltda.	Aluguéis de prédios hospitalar	-	-	-	-
		14.366	**5.098**	**8.971**	**26.780**

Em 31 de dezembro de 2015

Transações	Natureza da principal operação	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Receita	Passivo Despesa
Com partes relacionadas:					
Pessoa Jurídica:					
Amil Assistência Médica Internacional S/A	Serviços hospitalar prestados e serviços tomados de plano de saúde	7.046	65	86.938	1.676
Diagnósticos da América S/A	Serviços tomados de medicina diagnóstica	-	-	973	14.144
Patrys Invest. Imobiliários Ltda.	Aluguéis de prédios hospitalar	-	606	-	6.060
Socec Serviços Médicos SS Ltda	Aluguéis de prédios hospitalar		152	-	1.515
Signo Properties Invest. Imobiliários Ltda.	Aluguéis de prédios hospitalar	-	-	-	180
		7.046	**823**	**87.911**	**23.575**

Saldo a receber:	31/12/2016	31/12/2015
Contas a receber, terceiros	14.391	7.046
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(25)	-
Aluguéis a receber	-	-
	14.366	7.046
Circulante	**14.366**	**7.046**
Saldo a pagar:		
Fornecedores de serviços	4.257	65
Aluguéis a pagar	841	758
Mútuo com partes relacionadas	-	-
	5.098	823
Circulante	5.098	823
Não Circulante	-	-
	5.098	**823**

9. Outros créditos:

	2016	2015
Despesas antecipadas	516	413
Outros créditos	71	183
	588	**597**

10. Imobilizado: a) Composição do ativo imobilizado líquido:

	2016 Custo	2016 Depreciação acumulada	2016 Imobilizado, líquido	2015 Imobilizado, líquido
Terrenos	-	-	-	94
Móveis e utensílios e instalações	6.091	(3.776)	2.315	2.558
Maquinas e equipamentos	28.782	(15.123)	13.659	14.702
Veículos	390	(327)	63	1.914
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.775	(635)	1.140	-
Obras em andamento	1.436	-	1.436	1.065
Total de imobilizado	**38.474**	**(19.861)**	**18.613**	**20.333**

O ativo imobilizado compreende equipamentos, móveis, máquinas, utensílios e veículos utilizados para a condução dos negócios da Companhia. O imobilizado é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.

b) Movimentação do ativo imobilizado líquido:

Em 31 de dezembro de 2014	**51.786**
Adições	4.886
Baixas / Transferências	(32.477)
Depreciação	(3.862)
Em 31 de dezembro de 2015	**20.333**
Adições	1.768
Baixas / Transferências	(210)
Depreciação	(3.278)
Em 31 de dezembro de 2016	**18.613**

11. Intangível: a) Composição do intangível:

	2016 Custo	2016 Amortização acumulada	2016 Intangível, líquido	2015 Intangível, líquido
Software	2.319	(923)	1.396	1.848
Ágio **(i)**	1.074	-	1.074	1.074
	3.393	**(923)**	**2.470**	**2.922**

(i) Refere-se ao goodwill pago em investimentos em controladas fundamentada na rentabilidade futura destes ativos. O ágio e outros ativos intangíveis foram submetidos a teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2016 e 2015 por meio do fluxo de caixa descontado para cada unidade geradora de caixa, dando origem ao valor em uso.

b) Movimentação do intangível	Software	Agio
Em 31 de dezembro de 2014	**327**	**1.074**
Adições	1.857	-
Amortização	(336)	-
Em 31 de dezembro de 2015	**1.848**	**1.074**
Adições	10	-
Depreciação	(462)	-
Em 31 de dezembro de 2016	**1.396**	**1.074**

12. Fornecedores:	2016	2015
Bens	77	45
Serviços	8.436	5.626
Materiais	12.663	10.260
	21.176	**15.931**

13. Obrigações com pessoal:	2016	2015
Provisão de férias	5.233	4.809
Salários a pagar	3.271	2.105
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	401	351
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) a recolher	1.408	1.212
Outros débitos com pessoal	345	250
	10.658	**8.727**

14. Tributos a recolher	2016	2015
COFINS a recolher	775	661
IRRF a recolher	670	471
ISS a recolher	263	248
Contribuições sociais a recolher	322	263
Outros tributos a recolher	142	143
	2.172	**1.786**

15. Outros débitos	2016	2015
Alugueis a pagar CP	910	828
Créditos não identificados	595	823
Contas a pagar	518	518
Outros adiantamentos CP	380	390
Outros débitos	146	125
	2.549	**2.684**
Circulante	2.031	2.166
Não circulante	518	518
	2.549	**2.684**

16. Empréstimos e financiamentos

Natureza	Início	Término	Moeda Orig	Encargos (a.a)	Garantias	2016	2015
Arrend Mercantil	mai/12	out/18	BRL	média - 14,60%	Nota promissória	2.835	4.997
Capital de giro/Conta garantida	-	-	BRL	8,70%		-	585
Financiamento/BNDES	set/12	set/17	TJLP	4,20%	Avalistas	1.479	3.184
Financiamento/BNDES	out/12	set/17	Cestas de moedas	3,20%	Avalistas	550	1.541
Financiamento/Finame BNDES	jun/12	set/14	UMBNDES	6,31%	Alienação fiduc.	1.904	2.182
Financiamento - BRL e Cestas de moedas BNDS						**3.933**	**6.907**
Financiamento/ General Eletric	abr/13	abr/18	USD	5,60%	Fiança, np e alien. fiduc.	2.258	4.511
Total empréstimos e financiamentos						**9.026**	**17.000**
Circulante						5.812	7.543
Não circulante						3.214	9.457
						9.026	**17.000**

Em 31 de dezembro de 2016, a parcela vencível no circulante e não circulante tem a seguinte abertura, por ano de vencimento:

	R$ mil
2017	5.812
2018	1.879
2019	261
2020	261
2021	261
2022	552
	9.026

17. Parcelamento de tributos: A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), que visa equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e parcelamento de suas obrigações. As condições gerais para adesão ao parcelamento podem ser assim descritas: • parcelamento em até 180 meses, dependendo da natureza do débito; • redução das multas de mora, juros de mora e dos encargos legais; • obrigação do pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses; e • desistência de ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, consequentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados.

	2016	2015
REFIS IV **(i)**	20.293	21.089
FGTS **(ii)**	698	1.035
TRSS / ISS **(iii)**	10.686	9.971
Outros tributos parcelados (iv)	921	1.023
Total de fornecedores	32.598	33.118
Circulante	6.675	6.215
Não circulante	25.923	26.903
	32.598	**33.118**

(i) REFIS IV - A Companhia aderiu em 2009, ao Parcelamento Especial, instituído pela Lei nº 11.941/2009, nos termos da Portaria Conjunta nº 6 de 22/07/2009. O programa destinou-se ao pagamento dos débitos de qualquer natureza junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) ou à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), vencidos até 30 de novembro de 2008. Os parcelamentos terão 180 parcelas mensais e sucessivas, e ao valor de cada prestação será acrescido de juros correspondentes à variação mensal da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) para o mês do pagamento. **(ii) FGTS** - A Companhia reconheceu através do termo de confissão de dívida e compromissos de pagamento das contribuições sociais o valor de R$ 2.159 como uma diferença de recolhimento do referido tributo. Este débito foi dividido em 175 parcelas mensais e sucessivas acrescido de atualização monetária, juros de mora e multa, conforme resolução 325/99, adquirido em agosto de 2004. **(iii) TRSS/ISS** - A Companhia aderiu em outubro e novembro de 2010 e abril, junho e dezembro de 2015, ao Programa de Parcelamento Incentivado, autorizado pela Lei 16.097/14 alterado 16.272/15 respectivamente oferecido pela Prefeitura de São Paulo para promover a regularização de débitos de Taxas de Resíduos Sólidos e ISS, constituídos ou não, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou a ajuizar, em razão de fatos geradores ocorridos até dezembro de 2014. Os débitos foram parcelados em 120 parcelas mensais e sucessivas. **(iv) Outros tributos parcelados** - A Companhia possui débitos relativos a tributos e contribuições (exceto contribuições previdenciárias) parcelados no âmbito Procuradoria da Dívida Ativa da União. **18. Provisão para contingências:** A Companhia constituiu provisão para os valores de contingências classificadas como de perda provável, segundo avaliação de seus consultores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo era composto da seguinte forma:

	2016	2015
Cíveis	1.411	2.274
Trabalhistas	281	789
Tributárias LP	-	-
	1.692	**3.063**
Depósitos judiciais	(253)	(234)
Provisão para contingências, líquidas	**1.439**	**2.829**

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, demonstramos a seguir a movimentação do passivo contingente no exercício de 2016:

	Em R$ mil
Em 31 de dezembro de 2014	**6.823**
Provisões/ Reversões	(3.760)
Em 31 de dezembro de 2015	**3.063**
Provisões/ Reversões	(1.371)
Em 31 de dezembro de 2016	**1.692**

Para as contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis não foram constituídas provisões contábeis. Em 31 de dezembro de 2016, o montante das causas de naturezas trabalhistas, cíveis e tributárias é composto como segue:

	2016	2015
Cíveis	1.563	1.523
Trabalhistas	102	234
Tributários **(i)**	27.962	20.425
Total contingências com perdas possíveis	**29.627**	**22.182**

(i) Trata-se de execuções fiscais municipais, em razão do não recolhimento da taxa de resíduos sólidos de saúde (TRSS). Para essas execuções, a Companhia possui contratos de prestação de fiança que firmados entre a Companhia e Banco Itaú Unibanco S/A, no valor total de R$ 9.899. **19. Patrimônio líquido: a) Capital social:** O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 é de R$ 19.394 (31/12/2015 - R$ 19.394) e está representado por 19.394 (31/12/15 - 19.394) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **b) Reserva legal:** Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício observando os limites estabelecidos em lei. O estatuto assegura aos acionistas um dividendo obrigatório, a cada exercício social, de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **20. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: a) Composição das provisões de Imposto de Renda e da contribuição social sobre o lucro - corrente:** A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social está apresentada a seguir:

	2016	2015
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**38.550**	**4.048**
Ajustes:		
Adições/(exclusões) ao lucro contábil	3240	5.538
Base de cálculo	**41.790**	**9.586**
Imposto de renda (15%)	6.284	1.438
Adicional imposto de renda (10%)	4.165	917
Contribuição social (9%)	3.770	863
	2016	**2015**
Imposto de renda e contribuição social apurada	**14.219**	**3.217**
(-) reduções e incentivos fiscais	(454)	(115)
Imposto de renda e contribuição social apurada	**13.765**	**3.102**
Imposto de renda e contribuição social corrente	13.765	3.102
Imposto de renda e contribuição social diferida	(1.354)	-
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	**12.411**	**3.102**

b) Composição dos ativos fiscais diferidos e movimentação do resultado de imposto de renda e contribuição social diferidos: Os saldos dos tributos ativos e passivos diferidos encontram-se como apresentados abaixo:

	2016	2014
Prejuízos fiscais e bases negativas	4.432	3.078
Créditos tributários diferidos	**4.432**	**3.078**

21. Receita líquida:	2016	2015
Receita de serviços prestados	347.616	276.019
Glosas	(9.908)	(4.297)
Vendas canceladas	(11.706)	(7.437)
PIS/COFINS	(11.896)	(9.646)
Imposto sobre serviços	(6.718)	(5.372)
	307.388	**249.267**

22. Custo dos serviços prestados	2016	2015
Serviços	(72.485)	(59.015)
Suprimentos - custo	(78.717)	(68.088)
Pessoal	(42.678)	(40.730)
Localização e funcionamento	(15.131)	(15.637)
	(209.011)	**(183.470)**

23. Despesas comerciais	2016	2015
Propaganda	(652)	(1.811)
Patrocínio	(659)	(45)
Brindes	(29)	(196)
	(1.340)	**(2.052)**

24. Despesas administrativas	2016	2015
Pessoal	(24.701)	(18.210)
Localização e funcionamento	(15.393)	(15.722)
Serviços de terceiros	(13.231)	(12.742)
Tributos, taxas e despesas legais	(2.246)	(5.151)
Outras despesas administrativas	(1.679)	(1.455)
	(57.250)	**(53.280)**

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu despesas com benefício a empregados no montante de R$ 2.782.

25. Outras receitas/(despesas) operacionais:	2016	2015
Outras receitas operacionais		
Receitas de aluguel	2.101	1.493
Recuperação de despesas	9	11
Outras receitas operacionais	189	3.486
	2.299	**4.990**
Outras despesas operacionais		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.805)	(7.377)
Perdas de recebimentos com créditos	(126)	(1.916)
Reversão de Contingências	1.370	3.760
Despesa na alienação de ativos	-	(1)
Inventário estoques	(39)	(57)
Outras despesas operacionais	-	(4)
	(600)	**(5.595)**
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	**1.699**	**(605)**

26. Resultado financeiro, líquido	2016	2015
Receita financeiras		
Descontos obtidos	296	321
Variação monetária e cambial	1.443	929
Receita de juros	710	648
Outras receitas financeiras	4	62
	2.453	**1.960**
Despesas financeiras		
Atualização monetária	(3.018)	(2.177)
Juros e atualização de empréstimos e financiamentos	(1.834)	(4.750)
Juros e atualização de tributos	(206)	(206)
Descontos concedidos	(82)	(441)
Outras despesas financeiras	(248)	(199)
	(5.388)	**(7.773)**
Resultado financeiro, líquido	**(2.935)**	**(5.813)**

27. Lucro por ação: O cálculo do lucro por ação básico e diluído está demonstrado a seguir:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	26.173	945
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	19.394.204	16.884.695
Lucro por ação básico e diluído (em R$)	**1,35**	**0,06**

A Companhia não apresentou transações ou contratos envolvendo ações ordinárias ou ações potenciais com impacto no lucro por ação diluído. **28. Gestão de riscos e instrumentos financeiros:** A Sociedade contrata operações envolvendo instrumentos financeiros e todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Sociedade. **Aplicações financeiras:** De acordo com a Política de Aplicações Financeiras estabelecida, a Administração da Sociedade elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados segundo avaliação do rating de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o rating e percentual máximo do patrimônio líquido do banco. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade não possuía nenhuma operação em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **(i) Gestão de risco financeiro: Fatores de risco financeiro:** As atividades da Sociedade a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Sociedade contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio. **Risco de mercado:** A Sociedade está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Sociedade decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Sociedade tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras. **Risco de crédito:** O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e pelos procedimentos de avaliação e concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa", conforme demonstrado na nota explicativa nº 4. **Risco de liquidez:** A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Sociedade, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez da Sociedade, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa. **(ii) Gestão de capital:** Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos. **(iii) Valores de mercado:** Em 31 de dezembro de 2016, os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações financeiras pelo fato de elas estarem atreladas à variação do CDI. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como "não circulantes". **29. Seguros - Não Auditado:** A Companhia adota política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operações.

George Schahin - Diretor Presidente
Vaninho Antônio Pinto - Diretor Financeiro
João Paulo Lima - Contador - CRC-SP 259.650/O-3

Relatório dos Auditores Independentes

Aos: Administradores e Acionistas
Hospital Santa Paula S.A.
São Paulo - SP

1. Opinião sobre as demonstrações financeiras: Examinamos as demonstrações financeiras da Hospital Santa Paula S.A., ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva das demonstrações financeiras", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hospital Santa Paula S.A., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2. Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras:** A Companhia não efetuou na sua integralidade, o estudo técnico anual de vida útil econômica dos bens, da fixação do valor residual e recuperabilidade do imobilizado da Companhia. Desta forma, possíveis efeitos relativos às despesas de depreciação, amortização e perdas por "Impairment" não puderam ser mensurados de forma precisa até que o estudo seja completamente finalizado. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras. **3. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2015 apresentadas para fins de comparação foram auditadas por nós auditores independentes que expressamos uma opinião com ressalva em 26 de fevereiro de 2016, similar ao paragrafo "2. Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras", a respeito da necessidade de adequação da taxa de vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado e Ênfase para o patrimônio líquido negativo decorrente da redução de capital mediante cisão parcial de bens do ativo imobilizado. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **4. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia, continuar operando, divulgando quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **5. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de março de 2017.

Laércio Ros Soto Junior
Contador CRC 1SP-212.430/O-3

Newton Klayton dos Anjos Mencinaukis
Contador CRC 1SP-221.286/O-1 "S" PR

RSM Brasil Auditores Independentes - Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7

RSM